

Movimentos sociais e ONGs: dos lugares e dos sujeitos

*Taciana Gouveia**

Artigo

Analisar as dimensões da participação e da democracia na sociedade brasileira nos últimos 21 anos é uma tarefa muito ampla para o espaço deste texto, assim sendo, demarcarei alguns pontos que se articulam de modo mais imediato com as questões e tensões, antinomias e contradições do processo político no qual sujeitos são constituídos e instituintes da democratização da sociedade brasileira.

Há um conjunto muito amplo de análises no Brasil e no mundo sobre a emergência dos chamados novos movimentos sociais no final da década de 70 e início da década de 80. Fazendo uma breve revisão dessas análises no que se refere às explicações para seu surgimento, destaco dois processos políticos profundamente interligados. O primeiro se refere ao fechamento dos canais institucionais da sociedade civil brasileira durante a ditadura militar, levando alguns setores a tentarem estabelecer novos espaços políticos para as suas reivindicações, além de demonstrarem seu descontentamento com a ordem vigente. Por outro lado, a não realização das propostas de transformação social de caráter totalizante, que marcaram a década de 60, provocou uma certa desconfiança com relação a estes modos de fazer política e também a formulação de uma crítica por parte de alguns setores dos movimentos sociais, notadamente as mulhe-

* Taciana Gouveia é educadora feminista, coordenadora de Educação do SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia e diretora de desenvolvimento e fortalecimento institucional da Abong – Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais. E-mail: taciana@soscorpo.org.br.

res, que haviam participado dos partidos de esquerda, no sentido de que suas demandas eram sempre relegadas a um segundo plano, pressupondo-se que seriam resolvidas quase “naturalmente” após a vitória revolucionária.

O segundo processo relaciona-se com a posição do Estado durante o período em questão. No final da década de 70, o Brasil vivia sob o signo da “abertura”, e o regime militar já não tinha a mesma “vitalidade” ou legitimidade dos tempos do “milagre brasileiro”. Como afirma Fontes¹,

o regime tolhido pela onda crescente dos movimentos sociais descobre que somente a repressão não lhe garante a continuidade. Torna-se preciso o uso de instrumentos legitimadores. Decerto, tão somente o discurso ideológico não é suficiente; será necessário abrir espaços aos setores não hegemônicos da sociedade civil que embora restritos – por conseguinte não suficientes para o deslocamento dos grupos sociais no poder – são bastante significativos. Este é o sentido da chamada abertura política.

Desta forma houve, por parte do Estado autoritário, o reconhecimento da necessidade de abrir espaços de diálogo com a sociedade civil e suas organizações.

As transformações que se dão na própria administração pública, com o surgimento de projetos e políticas específicas, também foram um elemento fundamental neste contexto, pois, como afirma Cardoso² “a formulação destas políticas e a criação de mecanismos para implementá-las têm efeito indutor de reivindicações”. Se há novas reivindicações, é porque também se multiplicam os sujeitos produtores desses discursos. Tomando apenas como referência as Organizações Não-Governamentais (ONGs) filiadas à Abong, temos que 82,6% delas surgiram após a década de 80, com uma concentração maior no período 1981-1990³.

¹ Apud GOUVEIA, Taciana; **Repensando alguns conceitos**: sujeito, representações sociais e identidade coletiva, 1993. Dissertação de Mestrado. Mestrado de Sociologia/Pimes/UFPE. Recife.

² Ibidem.

³ ABONG. ONGs no Brasil 2002. Perfil e Catálogo das Associadas à ABONG. São Paulo, 2002.

Não menos importante é o fato de que os movimentos sociais e as ONGs quebraram a lógica interpretativa e da ação que colocava nas relações de produção o eixo explicativo e orientador tanto dos conflitos como das possíveis soluções. Dado que o modo como entendemos o mundo e nele agimos é diretamente relevante para as conformações organizacionais, os movimentos sociais e as ONGs que se consolidaram na década de 80 instituíram novos princípios organizativos e também novas sociabilidades que procuravam dar conta da complexificação crescente da sociedade e da incapacidade das instituições tradicionais em lidar com as novas demandas surgidas⁴.

Muitas das transformações efetivadas pela ação desses sujeitos políticos vão muito além do plano das mentalidades, rupturas epistemológicas ou modos de intervenção. Há um avanço sem igual no campo dos direitos e da cidadania configurado na Constituição de 1988. A sociedade brasileira no final dos anos 80 adquire uma dinâmica democrática que tem como um dos seus marcos simbólicos mais fortes a eleição direta para presidente, realizada em 1989.

No cenário internacional, o final dos anos 80 também tem dimensões políticas profundamente significativas. Em muitos países da América Latina, ocorrem processos de democratização e modernização do Estado, seja em função do fim das ditaduras militares, seja do aprimoramento de mecanismos institucionais em sociedades que não viviam sob regimes ditatoriais. Há também o desmantelamento dos governos socialistas da Europa, sendo a queda do muro de Berlim em 1989 um marco histórico repleto de implicações e reformulações para a ação dos movimentos sociais em todo o mundo, na medida em que significou o fim de uma utopia que, em maior ou menor grau, com críticas mais ou menos severas, iluminou o pensamento e o projeto político tanto dos movimentos sociais como das ONGs. Além disso, as mudanças do final dos anos 80 alteraram de modo decisivo a geopolítica mundial.

⁴ Cf. OLIVEIRA, Francisco: Conferência na Plataforma Novib 2021. In: REUNIÃO ANUAL DE CONTRAPARTES DA PLATAFORMA NOVIB 2001. *Relatório*. Igarassu, 2001.

Já os anos 90 serão marcados por tendências que à primeira vista podem parecer opostas, mas que em realidade são dimensões de um mesmo processo. São elas:

1) tanto os movimentos sociais quanto as ONGs crescem em legitimidade e visibilidade, aumentando inclusive o seu poder de articulação e criando novas formas de ações coletivas, como os fóruns e as redes que agregam num mesmo espaço político institucional ONGs e movimentos sociais.

Um exemplo disto é a fundação da Abong em 1991. Como afirma Haddad⁵,

a fundação da ABONG resultou da análise política desse conjunto de organizações de que havia chegado a hora de visibilizar o seu trabalho e de outras ONGs que haviam contribuído para a redemocratização da sociedade brasileira, e que viam no futuro um grande desafio para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e ambientalmente sustentável, frente a uma grave situação de pobreza e degradação ambiental. A democratização da sociedade que as ONGs ajudaram a construir exigia que elas próprias mostrassem seus trabalhos, de forma transparente, e dissessem a que vieram. Havia passado o tempo da clandestinidade, havia passado o tempo em que as ONGs não tinham face pública porque buscavam se visibilizar por outros atores sociais, principalmente os movimentos sociais: sindicatos, movimentos populares e Comunidades Eclesiais de Base.

Esses processos significaram, no caso das relações entre ONGs e movimentos sociais, a instauração de novos lugares para a ação e o diálogo, o que, por sua vez, fortaleceu ambos os sujeitos políticos, bem como amplificou as vozes na luta pela radicalização da democracia no Brasil;

2) a consolidação no aparelho de Estado das instâncias que possibilitam a participação e o controle social demandará para os movimentos e organizações mudanças no seu modo de ação e uma interlocução institucionalizada com o Estado. Esta dimensão, vista aos olhos de hoje, afetou de modo profundo a forma como os movimentos sociais e as ONGs são percebidos pela so-

⁵ Haddad, Sérgio. ONGs, um recorte específico. In: Abong, op.cit.

cidade civil em geral e em particular pelos estudiosos do tema. Uma das percepções mais recorrentes é aquela que considera que houve uma espécie de “desaparecimento” dos movimentos sociais, sendo seu lugar ocupado pelas ONGs. Tal concepção, ainda que possa representar uma das leituras possíveis para os processos em questão, não considera que os movimentos sociais não deixaram de existir apenas porque a conjuntura política os levou a se reposicionarem estrategicamente. Além disso, tais análises parecem trabalhar com definições conceituais pouco flexíveis para definir o que são movimentos sociais e o que são ONGs, deixando de lado o fato de que, mesmo sendo sujeitos políticos distintos, suas interseções são bastante complexas, tanto em função das diversas configurações existentes nos movimentos sociais e nas ONGs, como pelo fato de que muitos movimentos sociais – como são os casos dos movimentos feminista/mulheres, negro, ambientalista, gay/lésbico – são constituídos e constituintes por e de várias ONGs.

Considero, a partir das duas primeiras dimensões acima mencionadas, que ONGs e movimentos sociais, durante a década de 90, produziram inovações institucionais que ainda carecem de análises mais extensivas;

3) no plano internacional, as conferências das Nações Unidas⁶ trouxeram novas questões para a sociedade civil organizada, fortalecendo também as articulações internacionais intra e entre os vários movimentos sociais, além de possibilitar o diálogo e a confrontação com o Estado no campo das políticas macro. Um dos resultados mais importantes da ampliação das ações de ONGs e movimentos no âmbito internacional é o processo do Fórum Social Mundial, que há cinco anos possibilita a articulação

⁶ Por ordem cronológica: Conferência Mundial sobre Meio Ambiente – 92; Conferência Mundial sobre Direitos Humanos – 93; Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento – 94; Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social – 95; Conferência Internacional sobre Mulher, Desenvolvimento e Paz – 95; Cúpula Mundial de Alimentação – 96; Conferência Mundial sobre Assentamentos Humanos – 96; Conferência Mundial de Educação – 2000; Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação, a Xenofobia e outras formas de Intolerância – 2001.

dos mais diversos sujeitos políticos, reconhecendo que a diversidade de institucionalidades e modos de fazer política não é impedimento para o diálogo e a instauração de princípios democráticos como modo de vida justo e igualitário.

Tendo como ponto de referência esse breve e, portanto, incompleto reconto da imensa e intensa história dos últimos 21 anos, postulo que o sentido político fundante que os movimentos sociais e as ONGs trouxeram para a sociedade brasileira foi – e ainda é – a ampliação da democracia, no exato momento em que apontavam para as ausências de direitos e cidadania que amplos setores da sociedade viviam – e ainda vivem –, demonstrando que o campo de tensão capital-trabalho não era o único gerador de desigualdades e exclusões.

Com isto, forçamos os limites da própria concepção de direitos, tanto no sentido de que eles não são apenas três – políticos, sociais e econômicos – mas principalmente que eles não são apenas individuais. Temos feito valer a máxima de que o direito básico é o direito a ter direitos – no sentido da formulação arendtiana – e que estes não podem ser dados de modo apriorístico; eles se inventam e se ampliam quanto mais múltiplos forem os sujeitos.

Considero também que ampliamos e tensionamos a noção de democracia ao negar que esta seja o governo apenas da maioria, mas retornando o seu sentido clássico de que é o governo de todos, não sendo um lugar de chegada, mas, sim, um processo presente e contínuo do fazer político, ou, em outras palavras, a democracia é um princípio ético e político e supõe consensos e conflitos. Não é um caminho para a constituição de homogeneidades, mas sim de possibilidades.

Em que pesem os avanços e conquistas que efetivamos, não podemos dizer que já asseguramos um lugar de sujeito político na sociedade brasileira, e isto fica evidente quando constatamos as ambigüidades e definições, ou indefinições, sobre o que somos. Portanto, ainda disputamos cotidianamente os nossos sentidos. Contudo, não podemos pensar que definições ou indefinições são apenas questões de nomenclatura.

Na verdade, elas dizem muito sobre o que uma dada sociedade pensa sobre a política e, portanto, quais são as questões centrais a serem por ela resolvidas.

Não é à toa que os movimentos sociais contemporâneos – como feminista, negro, homossexual, ligados à reforma urbana, entre outros – ainda são vistos como específicos, pontuais ou difusos.

Não é à toa também que se criou e difundiu a idéia de que somos, as ONGs, algo chamado de “terceiro setor”. Longe de ser apenas uma nomeação descritiva, a suposição de três setores – Estado, mercado e o terceiro setor (algo tão difuso que nem nome mesmo tem) – divide a dinâmica socioeconômica e política em territórios de determinados agentes, ou seja, o Estado se identifica com a política, o mercado, com o econômico, e o tal terceiro setor, com o social. Esta fragmentação busca, numa operação ideológica, esvaziar o conflito recriando a funcionalista idéia de que há entre nós complementaridades, quando sabemos que, na prática, somos todos atravessados por dimensões sociais, econômicas e políticas, e há muito mais de contradição e até mesmo antinomia entre nós do que qualquer possibilidade de harmonia.

É por isso que rejeitamos esta denominação, na medida em que ela quer reduzir nossos projetos de transformação radical da sociedade à responsabilidade de tomarmos conta do social, este, como nós, relegado a uma minoridade diante do que nesta visão parece realmente contar.

A hierarquização das demandas e dos sujeitos políticos que lhes dão suporte demonstra que a sociedade brasileira ainda não radicalizou a democracia de modo a caber e todos com o mesmo valor político.

Isto fica claro quando constatamos que a sociedade brasileira (e suas instituições) ainda guarda, em maior ou menor medida, traços muito autoritários, o que impede a existência de uma democracia radical. Dois exemplos:

1) a sociedade em geral não entende ou não aceita ONGs e movimentos sociais que assumam um discurso político, que confronte valores que são antidemocráticos por princípio. Prefere-se, seja para aportar recursos financeiros, seja para valori-

zar sua ação, aquelas organizações que têm caráter filantrópico, assistencialista. Criticam-nos por recebermos recursos internacionais (mas não criticam os recursos oriundos do FMI, do BIRD ou das multinacionais acordados pelo Estado brasileiro), por recebermos recursos públicos nacionais (mas não criticam as isenções das escolas católicas, das Santas Casas, ou a renúncia/benefícios fiscais para empresas que estão no projeto Primeiro Emprego ou que fazem projetos utilizando-se das leis de incentivo à cultura). Quanto mais questionador dos valores conservadores e excludentes, mais o movimento social ou a ONG é deslegitimada política e socialmente;

2) o Estado brasileiro – e aqui não me refiro a um governo específico – não produziu uma legislação que reconheça lugar político e autônomo às ONGs. Não somos, nem pretendemos ser executoras de ações estatais de modo a baratear seus custos e diminuir sua responsabilidade pública. O nosso lugar é na sociedade civil, e é daqui que construímos democracia, justiça e igualdade.

Esta falta de lugar, ou melhor, esse lugar restrito, se expressa também quando debatemos as políticas públicas e a chamada arquitetura da participação. É preciso reconhecer que os espaços de controle social não são um presente que a sociedade recebeu do Estado, mas sim uma conquista dos movimentos sociais. Contudo, os sentidos da participação nestes espaços não têm correspondido aos princípios democráticos. Os conselhos de políticas públicas têm modos de funcionamento distintos, alguns com caráter deliberativo (o que deveria ser a norma) outros de caráter consultivo (o que diminui de modo autoritário o sentido da participação da sociedade civil). Além disso, em determinados espaços, as representações são consideradas pessoais e não institucionais. Há ainda o modo como as indicações da sociedade civil são feitas, como se não bastasse dizer que organização está apta ou não para ocupar um determinado lugar, indica-se por decreto quem ou que cargo de uma organização deve ser o escolhido.

Talvez a questão mais grave para a participação e, conseqüentemente, para a democracia esteja no fato de que os movimentos sociais e as ONGs só estão legitimados a participar das decisões sobre políticas públicas setoriais. O centro do projeto

político para o desenvolvimento ainda é visto como sendo do interesse e, portanto, da capacidade de outros e poucos sujeitos políticos. Isto é restritamente democrático não só no sentido dos sujeitos a quem é negada a participação, como também no sentido do que é definido como importante para uma determinada sociedade.

Por outro lado, se nós – ONGs e movimentos sociais – temos nossa história e nosso sentido na ampliação da democracia, não podemos, por lógica interna e compromisso ético, nos furtar de assim organizarmos nosso discursos e nossas práticas. Pois, se assim não for, nosso projeto político está em risco. Não somos empresas, mas sim essencialmente projetos políticos, por isso, supomos e necessitamos que todos os que atuem se apropriem deste projeto e, para que isto possa ocorrer, é preciso compartilhar poder, informação, valorizar conhecimento, repartir e assumir responsabilidades.

E aqui ainda temos alguns desafios a superar: pois como podemos no nosso discurso defender a igualdade entre homens e mulheres, se nas nossas estruturas e organizações as segundas nunca ocupam cargos de poder? Como defender cotas raciais nas universidades se não há cotas nas nossas organizações ou se negros ocupam os lugares de menor poder e recebem as menores remunerações? É possível apoiar publicamente os direitos de gays e lésbicas quando no nosso cotidiano não abrimos espaço para a expressão dos afetos e desejos, negando às pessoas o direito de serem sujeitos de suas vidas?

Há mais de duas décadas, movimentos sociais e ONGs têm cotidianamente atuado no sentido de tornar cada vez maiores as possibilidades de autodeterminação individual e coletiva, pois só quando temos condições de sair do lugar da contingência e nos colocamos no lugar de sujeitos da história é que poderemos falar de uma sociedade radicalmente justa, igualitária e democrática. Nesse sentido, ainda há muito o que fazer para que todos possam se ver refletidos nas palavras de Heller e Fehér⁷:

⁷ Heller, Agnes e Fehér, Ferenc. *A condição política pós-moderna*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

Não podemos ser saciados com o estado do mundo, não podemos chegar a conhecer tudo o que queríamos conhecer, ver tudo o que queríamos ver, fazer tudo o que queríamos fazer, obter tudo o que queríamos obter. Mas podemos conseguir a transformação da nossa contingência em destino. Se alguém consegue transformar sua contingência em seu destino, [...] se alguém tem consciência de que sua existência conta, de que deixa um vestígio na face do mundo, esse alguém estará satisfeito com sua vida como um todo e dirá que se tornou o que, em vista das possibilidades existentes, podia tornar-se.